



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Agrária.

## DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O PROJETO SÃO JOSÉ NO CEARÁ

Jana Alencar Eleuterio<sup>1</sup>  
Carlos Dean Teixeira Barros<sup>2</sup>  
Moacir de Souza Júnior<sup>3</sup>

**Resumo:** Este relato de experiência traz elementos para reflexões acerca dos processos de trabalho desenvolvidos por equipe multiprofissional no Projeto São José, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, tendo como foco o desenvolvimento rural sustentável de comunidades tradicionais e entidades que desenvolvem projetos produtivos e de abastecimento de água nas comunidades rurais do Estado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural. Sustentabilidade. Saneamento Básico. Comunidades Tradicionais.

**Abstract:** This experience report provides elements for reflections on the work processes developed by a multiprofessional team in the São José Project of the Secretariat of Agrarian Development of the State of Ceará, focusing on the sustainable rural development of traditional communities and entities that develop productive projects and water supply in the communities rural areas of the State.

**Keywords:** Rural Development. Sustainability. Basic sanitation. Traditional Communities.

### 1. Introdução.

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para o semiárido cearense têm ganhado relevância a partir do documento “Os 7 Cearás - Propostas do Plano de Governo”. Trata-se de uma proposta de governo construída com a participação da sociedade civil organizada, cujo item 03 – “Ceará de Oportunidades” contém os seguintes pressupostos: “agricultura familiar, agronegócio, indústria, economia mineral, comércio, turismo, artesanato, empreendedorismo, trabalho e renda, economia solidária, infraestrutura e nova economia”. (CEARÁ, 2014, p.57).

Assim, destacamos o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – mais conhecido como Projeto São José - que desenvolve diversas atividades no Estado do Ceará, com o intuito de garantir melhorias nas condições de vida das populações rurais

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Instituto Agropolos do Ceará. E-mail: <janaalencar@gmail.com>.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social. Instituto Agropolos do Ceará. Instituto Agropolos do Ceará. E-mail: <janaalencar@gmail.com>.

<sup>3</sup> Profissional de outras áreas. Instituto Agropolos do Ceará. Instituto Agropolos do Ceará. E-mail: <janaalencar@gmail.com>.

e promover o desenvolvimento sustentável que abrange o crescimento econômico, social, cultural, ambiental e educativo dos sujeitos sociais que vivem no e do campo.

Este artigo configura-se como um relato de experiência acerca dos processos de trabalho desenvolvidos por equipe multiprofissional no Projeto São José, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, tendo como foco o desenvolvimento rural sustentável de comunidades tradicionais e entidades que desenvolvem projetos produtivos e de abastecimento de água nas comunidades rurais do Estado.

Inicialmente, discorreremos sobre a desigualdade social no campo sob a luz da concepção do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), trazendo para o centro da análise o Projeto São José (PSJ), bem como a estruturação de seus componentes. Em seguida, trataremos dos processos de trabalho desenvolvidos com as comunidades e entidades atendidas pelo PSJ, por meio de projetos produtivos e de abastecimento de água, com o objetivo de compreender como as expressões da questão social do campo na atualidade demandam uma intervenção afirmativa de direitos através das políticas sociais.

## **2. A desigualdade social no campo e a implementação de um projeto desenvolvimento rural sustentável no Estado do Ceará**

O modo de produção capitalista agrava as condições de pauperização da população, uma vez que a condição de classes sociais distintas e antagônicas é condição inerente à sua manutenção e reprodução. As expressões da questão social surgem a partir da destituição social de bens, da crise que atinge todos os âmbitos da vida pessoal, social, familiar ou comunitária, no tocante aos valores e costumes sociais, que se materializam através do desemprego estrutural, do uso abusivo de álcool e outras drogas, das diversas manifestações de violência, dentre outras formas. Contudo, a questão social constitui-se como expressão do processo resultante dos conflitos da relação capital – trabalho, conseqüentemente da tensão entre as lutas de classe.

O Estado intervém como mediador dos interesses das classes antagônicas - trabalhadores e capitalistas - articulando o enfrentamento à questão social através das políticas sociais. A realidade brasileira apresenta desigualdades entre o campo e a cidade, entre gerações, e entre homens e mulheres, nas várias dimensões da vida social. No espaço rural, percebemos um abismo nas relações de desigualdades no que tange ao acesso aos direitos sociais, aos empregos, à renda, aos salários, ao consumo e à participação política e social de jovens, mulheres e segmentos de pescadores artesanais, quilombolas, indígenas e produtores rurais e mercado de trabalho.

Conforme os dados do Censo de 2010, a população do Estado do Ceará é de 8.452.381 pessoas, desse universo, 2.104.643 habitantes residem na zona rural; em termos percentuais, significa que cerca de 25% da população cearense se encontra no campo. Os dados do IBGE-2010 demonstram, ainda, que há 1.502.954 pessoas vivendo em situação de pobreza, destas, 52% estão no meio rural do Estado.

Diante desses dados, a realidade do campo requer estratégias para implantação de políticas públicas necessárias e adequadas para o fortalecimento dos territórios, o combate à pobreza das populações do campo, a democratização do acesso e uso racional da água, bem como o respeito à questão de gênero, classe, geração e de raça e etnia. Cabe aos gestores das políticas compreenderem o campo/rural como uma categoria histórica, circunscrita em sua trajetória social.

Assim, valorizar as narrativas locais e territoriais é um dos caminhos promissores para ampliar as iniciativas da gestão pública no âmbito da dimensão sócio cultural e econômica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Essa compreensão é a porta da promoção de políticas públicas adequadas para as realidades específicas, considerando que o rural (campo) é, sobretudo, o lugar de vida e de produção, nesta ordem em se tratando da agricultura familiar.

A desigualdade socialmente legitimada entre os segmentos historicamente excluídos requer a intervenção do Estado com políticas sociais setoriais para constituir respostas à demanda histórica de negação do acesso aos direitos. Neste sentido, destacamos uma experiência desenvolvida no Estado do Ceará há mais de duas décadas.

## 2.1 O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável no Ceará: Projeto São José

O PDRS PSJ é um projeto que surgiu da avaliação positiva do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) reformulado, realizada conjuntamente pelo governo do Ceará e o Banco Mundial, tendo como sucesso a introdução de modelo efetivo para alívio à pobreza rural no Nordeste.

O Projeto tem esta denominação por conta que sendo São José o padroeiro do Ceará, inspira a crença popular de que o santo tem sinônimo de fartura para o sertão cearense, em especial pelo fato de o cearense religioso esperar a chuva no dia de São José, 19 de março, como sinal de inverno com fartura para açudes e plantações. A fé do povo cearense atribui ao santo padroeiro a responsabilidade por um bom ano de inverno. No entanto, o que ocorre é que o dia de São José é próximo ao período do equinócio de outono – fenômeno natural capaz de favorecer a Zona de Convergência

Intertropical (ZCI), principal sistema que possibilita precipitações regulares no Ceará. (CEARÁ, 2019).

No ano de 1995, baseando-se no Programa de Apoio aos Pequenos Produtores (PAPP) e incorporando ideias do Projeto Solidariedade do México, o governo estadual do Ceará criou o Projeto São José. Enquanto o referido programa destinava-se à erradicação da pobreza extrema na zona rural, o Projeto São José I, também denominado Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), surgiu com o objetivo de reduzir dificuldades enfrentadas pelo homem do campo com foco na redução da pobreza na zona rural do Estado do Ceará, mediando iniciativas voltadas para o desenvolvimento deste.

No ano de 2002, o governo estadual do Ceará efetuou novo contrato de empréstimo, agora com Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), dando início ao Projeto São José II, destinado ao combate da pobreza rural no Ceará. Conforme Bastos e Oliveira (2012), nessa edição, o objetivo era: “dar mais oportunidades econômicas e sociais ao homem do campo. Portanto, estava direcionado para o fortalecimento da infraestrutura básica e da organização da agricultura familiar.”.

Nos Projetos São José I e II os investimentos foram focados especialmente em projetos de eletrificação no campo, introdução de máquinas na produção agrícola e fornecimento de água. Ambas se destinavam a garantir acesso de famílias rurais carentes a atividade de geração de emprego e de renda, estimulando a participação efetiva das comunidades. Também eram oferecidos serviços de infraestrutura e de âmbito social, destinados a colaborar com a diminuição da pobreza no campo. Boa parte dos recursos foi destinada a projetos de fornecimento de água, exatamente por que as famílias do campo no Estado do Ceará eram profundamente afetadas por problemas provenientes da falta prolongada de chuva.

A terceira edição desse projeto teve início no ano de 2012, obtendo recurso de 150 milhões de dólares, através do qual a Secretaria do Desenvolvimento Agrário deu viabilidade ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) mencionado. Em 2012 foi dado início ao PSJ III, com duração de 4 anos. Houve uma primeira prorrogação entre 2016 a 2018, e a segunda no período de 2018 a 2019. Atualmente o PSJ III está em conclusão e a segunda fase deste (PSJ IV) está em processo de elaboração e aprovação do Banco Mundial e Senado.

O Projeto São José passou por várias fases até se tornar o que conhecemos hoje, tendo como premissa garantir o desenvolvimento sustentável no Ceará, com foco na inclusão produtiva das populações rurais, proporcionando condições para se alimentar de forma saudável, produzir e comercializar seus produtos, sempre em conexão e cuidado com o meio ambiente.

A versão mais recente do PSJ, em andamento, tem como objetivo principal contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar e, garantir o acesso à água de qualidade para o consumo humano e saneamento, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.

No Estado do Ceará, existem 184 municípios, dos quais 154 são contemplados com ações do PSJ, beneficiando comunidades, famílias, associações e cooperativas, priorizando o apoio a projetos produtivos.

Ademais, por meio do PSJ III foram implantados Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) em comunidades rurais que manifestaram interesse por meio de chamada pública ocorrida e realizada no ano de 2012. Foram recebidas 1032 manifestações de interesse, entretanto, somente 1001 foram validadas. Destas manifestações, 594 foram inelegíveis e 407 elegíveis para elaboração de projetos de abastecimento de água.

Um dos diferenciais do PSJ III é a forma como os projetos são selecionados e apoiados. A prioridade é escutar as demandas produtivas dos grupos, conhecer suas realidades para daí então, poder definir de que forma o PSJ III pode contribuir. Além de fazer chamadas públicas, o Projeto se aproxima das comunidades e dos movimentos sociais para que todos tenham a chance de serem contemplados. (CEARÁ, 2019).

Desta forma, o Projeto está estruturado em 3 componentes, sendo o componente 1 a Inclusão Econômica (SIECO), que se destina às ações voltadas ao fortalecimento e adensamento das Cadeias Produtivas e o avanço da participação dos agricultores familiares nos segmentos de maior agregação de valor. O componente 2, que se trata dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (SAAES), destinado a implantar os SAAES em comunidades do meio rural sem acesso a água potável e esgotamento sanitário. E, por fim, o componente 3, que se trata do Fortalecimento Institucional e Apoio a Gestão (SUFIG) às ações de capacitação, gestão, elaboração de estudos, programas de intercâmbios, comunicação e divulgação.

O Projeto tem como meta a pretensão de atender 32.400 famílias por meio da implantação de 490 Projetos, sendo 280 projetos produtivos do Componente de Inclusão Econômica atendendo a 10.400 famílias e 210 Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado – SAAES atendendo a 22 mil famílias, nos 14 territórios rurais do Estado do Ceará. O PDRS ainda tem como meta implantar 86 Projetos de Reuso de água, beneficiando aproximadamente 85 famílias.

Um dos importantes focos do PSJ III é a inclusão produtiva das comunidades, visando apoiá-las nos mais diversos tipos de atividades agrícolas e não agrícolas, como

artesanato, confecção de roupas, produção de bolos e comidas típicas. O objetivo é valorizar os saberes e bens culturais das mesmas.

O PSJ III prioriza o apoio a projetos produtivos ligados a movimentos sociais e comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas situadas em municípios de baixo Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), favorecendo assim ações voltadas para o abastecimento de água, saneamento rural e projetos produtivos.

A articulação institucional é fundamental para que o Projeto São José aconteça. As parcerias fortalecem o projeto e permitem que as ações se expandam Ceará adentro. Cabe destacar que além das demais secretarias, órgãos e autarquias estaduais e universidades, são parceiros do PSJ III, os movimentos sociais, especialmente os que representam agricultores e agricultoras familiares, que estão na base de todos os esforços para que o trabalho coletivo renda os frutos desejados.

Entre eles estão: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece), povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mulheres e jovens, além de outros grupos que se encontram em distintos estágios do processo de organização sócio-produtiva, valorizando-se assim, as características, os conhecimentos, as culturas e saberes, contribuindo na organização desses grupos específicos para o acesso das políticas públicas.

## 2.2 PSJ e o acesso ao saneamento básico e água no Ceará.

No mundo todo, segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (2016), pelo menos 2,5 bilhões de pessoas ainda não têm acesso a instalações de saneamento básico e cerca de 780 milhões de pessoas também não dispõem de fontes seguras de água para consumo próprio. Essa questão também faz parte da realidade brasileira, pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015), apenas 64,5% dos domicílios apresentam cobertura de saneamento básico adequado.

Atualmente, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) do Governo do Estado do Ceará, através do Projeto São José III (PSJ III), vem implantando Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) em comunidades rurais que manifestaram interesse por meio de chamada pública ocorrida e realizada no ano de 2012. Foram recebidas 1032 manifestações de interesse. Entretanto, somente 1001 foram validadas. Destas manifestações, 594 foram inelegíveis e 407 elegíveis para elaboração de projetos. Dos

407 elegíveis, foram implantados 136 sistemas em 68 municípios do Estado do Ceará. (BARROS, 2018).

As opções existentes e referências de gestão para estes SAAs no Estado do Ceará são: a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), o Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Em comunidades rurais com SAA as prefeituras, em alguns casos, realizam esse gerenciamento a seu modo, em parceria com as associações.

A luta pela garantia do saneamento básico compreende o devido abastecimento de água e o tratamento de esgoto. Sabemos que o consumo de água potável é uma condição indispensável para garantia de vida saudável e esse é um direito fundamental, que a ninguém deve ser recusado. No entanto, no Brasil, ainda hoje há inúmeros cidadãos que não têm direito respeitado.

As zonas rurais são marcadas por sistemas precários de abastecimento, muitas vezes se resumindo à captação de água em açudes, geralmente de propriedades privadas. Após captação, a água chega às casas por meio de transporte realizado por carros-pipa, sem o devido tratamento. Em algumas localidades, para resolver o problema de disposição de água, são construídos poços tubulares ou artesianos, especialmente em lugares altos, com o intuito de possibilitar a distribuição da água. Ou, ainda, são utilizadas cisternas de placa ou de polietileno para captação de água da chuva. (BARROS, 2018).

Não há vida sem o consumo de água. Nossa sobrevivência depende do abastecimento diário de água potável. Quanto mais insuficiente e de difícil acesso for a água, maior tempo que a população leva para consumi-la, o que interfere diretamente sob a vida das pessoas, especialmente suas atividades educacionais, sociais e econômicas.

Diante desses problemas, percebe-se que a escolha do modelo de gestão da água, não é apenas técnica, mas também política. Nesse sentido, deve-se pensar a maneira de escolher as principais tecnologias, quais grupos terão acesso prioritário, quais mecanismos poderão garantir o acesso por parte desses grupos.

Para planejar a utilização sustentável da água, é preciso levar em consideração a dinâmica da falta de água e o excesso dela, pensando num sistema flexível de planejamento, isto é, não é possível planejar a longo prazo, sem a necessidade de realizar revisões, uma vez que as mudanças hoje são aceleradas e permanentes. Portanto, ajustes serão necessários, devendo influenciar aqueles que tomarão decisões quanto ao modelo de gestão da água. Como decisão técnica e especialmente política, será indispensável o diálogo com vários atores sociais, com populações que serão impactadas com o desenvolvimento de tecnologias para reservar e distribuir a água.

### 2.3 Fortalecimento institucional e apoio à gestão no PSJ

A fim de compreender a totalidade do Projeto São José, destacamos o papel desempenhado pelos profissionais inseridos na Supervisão responsável pelas ações de fortalecimento institucional e apoio à gestão (SUFIG), tendo em vista que este setor está diretamente ligado à coordenação geral do Projeto, ao mesmo tempo em que está em contato direto com as instituições parceiras, com as empresas e consultores prestadores de serviço, com o órgão responsável pelo contrato de gestão e, ainda, com as representações das entidades beneficiárias do Projeto.

As principais atribuições da SUFIG são: Planejar, organizar e supervisionar a execução das ações de divulgação, estudos, avaliação, apoio à gestão e capacitação afetas ao Projeto, diretamente pela equipe ou indiretamente através da rede de instituições Colaboradoras, Parceiras, conveniadas ou contratadas, incluindo neste último caso pessoas físicas; Preparar e supervisionar as ações de capacitação de lideranças, técnicos, agentes locais, dirigentes de organizações sociais e agricultores nos níveis estadual, territorial ou municipal, observando o Plano de Capacitação do Projeto integrante do Manual de Operações; Garantir a distribuição equilibrada das oportunidades de formação proporcionadas pelo Projeto entre os Territórios, guardando permanente relacionamento com os seus Colegiados, Núcleos Diretivos e Técnicos; Monitorar e ajustar as ações de divulgação e capacitação a serem realizadas, buscando a qualidade dos resultados mediante a instalação de processos contínuos de avaliação dos eventos; Orientar e dar suporte aos Articuladores Territoriais nas Unidades de Gerenciamento Territorial; Promover ações complementares de integração, articulação e formação dos técnicos da UGP e das UGT, assim como dos técnicos nas Instituições Coexecutoras, Colaboradoras, Parceiras e contratados, de modo a assegurar a qualidade técnica dos serviços ofertados à população beneficiária das ações do Projeto; Atuar, em articulação, com a Gerência Financeira e a Gerência de Aquisições na contratação dos serviços necessários à operacionalização do Projeto; Prover meios de capacitar os diferentes públicos envolvidos no Projeto; Requisitar e promover viabilização de realização de eventos, cursos, oficinas, seminários e materiais; Atestar pagamento de serviços.

Além de contar com um profissional para gerenciar o componente 3, existe a necessidade de contar com uma equipe multidisciplinar e especializada para proporcionar uma maior assistência direta e imediata ao gerente da componente 3, bem como ao Coordenador do PSJ em assuntos técnicos relacionados ao projeto. Assim, a



SUFIG conta em seus quadros com técnicos especializados que atuam em diversas áreas para o sucesso do projeto, dentre eles o assistente social.

### **3. Reflexões sobre o Serviço Social e o trabalho multidisciplinar na afirmação dos direitos sociais dos sujeitos do campo.**

Na história do Brasil, o Serviço Social nasce junto com as políticas sociais. Com o surgimento dessas, o assistente social se insere no trabalho coletivo, junto a equipes multidisciplinares, pautando, inicialmente, a execução terminal destas e, posteriormente, a gestão, o planejamento, a avaliação e o monitoramento, em várias áreas de atuação.

O assistente social atua nas refrações da questão social, com vistas à ampliação de políticas sociais e da cidadania, a fim de viabilizar direitos sociais. Assim, tem protagonismo e forte inserção nas lutas sociais.

Nessa perspectiva, a intervenção do Serviço Social tem caráter formativo e articulador das políticas sociais correlatas à problemática posta.

As demandas colocadas para fins de implementação das políticas sociais exigem um profissional habilitado e tecnicamente capacitado para a execução das mesmas. Configura-se assim, o espaço sócio-ocupacional na divisão social e técnica do trabalho para a profissionalização do Serviço Social, bem como de outros profissionais inseridos no processo coletivo de trabalho. É no âmbito do trabalho multidisciplinar e coletivo que se insere o assistente social.

No Projeto São José, não há um setor específico do Serviço Social, porém em seu quadro funcional há profissionais graduados em Serviço Social que atuam nos diferentes setores/coordenações e há, ainda, um setor de assessoria em gestão social, que conta com profissionais de outras formações acadêmicas e técnicas, além de uma assistente social.

Nesse sentido, o trabalho do assistente social no Projeto assume algumas particularidades. A primeira refere-se ao fato de que, por ser um ambiente de gestão do projeto, a prática interventiva assume um caráter explicitamente investigativo e propositivo, pois está relacionado à promoção de políticas públicas para o campo. (ELEUTERIO, et. al, 2013).

A segunda diz respeito à mediação entre as ações propostas e a realidade dos sujeitos sociais do campo, uma vez que o Estado assume a responsabilidade por oferecer serviços públicos a essa população, cabe a necessidade de pesquisa, avaliação, monitoramento e elaboração de diagnóstico social – em parceria com as

universidades - em relação às demandas socialmente postas. (ELEUTERIO, et. al, 2013).

Outro aspecto compreende a necessidade de efetivação da intersectorialidade e a articulação em relação aos serviços oferecidos pelo Projeto São José, pois embora a SDA seja o órgão gestor estadual responsável por articular as ações referentes às políticas para o semiárido cearense, é necessário um diálogo constante com outras instituições parceiras para efetivar as ações propostas, como também um diálogo com a sociedade civil, ou seja, com os grupos de beneficiários rurais que são sujeitos de direitos individuais e coletivos.

Não se pode deixar de se considerar a dimensão da pesquisa, do estudo contínuo e sistemático da questão agrária e das questões relacionados ao campo, à educação sanitária e ambiental, ao desenvolvimento produtivo sustentável na zona rural, às questões de gênero, de juventude, de comunidades tradicionais, e suas políticas públicas. Além disso, há a necessidade de articular e publicizar as ações, através do processo de capacitação, formação sistemática, controle social, participação popular e acompanhamento social dos grupos, entidades e comunidades atendidas pelo PSJ. (ELEUTERIO, et. al, 2013).

Embora a configuração desse campo profissional apresente princípios, diretrizes, objetivos e valores que coincidem com as orientações do projeto ético-político profissional do Serviço Social, um elemento merece atenção: a configuração das políticas de desenvolvimento rural tem como objetivos a equidade, a justiça social, a viabilização dos direitos, a autonomia dos povos do campo e sua participação, o que supõe uma capacidade de organização social e política dos camponeses.

Por outro lado, reconhece-se a fragilidade do processo organizativo e de participação dos camponeses, uma vez que ao se fomentar a constituição de projetos produtivos, de organização de associações e constituição de entidades na zona rural, identifica-se uma ação de fora pra dentro, ou seja, da instituição (SDA), por meio do PSJ para os camponeses, quando o processo deveria ser inverso, os moradores da zona rural requisitando seu papel de participação e poder de decisão nos espaços institucionais.

A ação de desenvolvimento rural sustentável, portanto, encontra consonância na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que fortalece a igualdade, a autonomia, se posiciona contra o preconceito, a discriminação, o respeito à diversidade, a democracia, a cidadania, a defesa dos direitos humanos e, conseqüentemente, dos povos tradicionais, da juventude, das mulheres camponesas.

#### **4. Conclusões**

Historicamente, entendemos que há uma significativa participação de assistentes sociais na luta pelos direitos, pelo fim da violência e desigualdade de classes, de gênero e geracional, contra a discriminação e o preconceito e na construção e proposição de políticas que garantam os direitos da classe trabalhadora, sobretudo do meio rural.

Apesar da Instituição/Projeto em análise não possuir no quadro de profissionais um espaço específico para a intervenção de assistentes sociais, reforçamos a necessidade de legitimar esse espaço sócio-ocupacional, uma vez que esse profissional pode contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas e projetos sociais para os povos do campo, nos diversos setores e também na Assessoria e Consultoria, planejamento e monitoramento de políticas públicas.

Considerando a fundamentação acima, destacamos a necessidade de reconhecimento do espaço do assistente social na Instituição/Projeto, inserido em processo de trabalho coletivo e multidisciplinar bem como a demanda de fortalecimento da categoria no que diz respeito à proposição, defesa e implementação de políticas públicas voltadas à questão agrária, especialmente para os povos de comunidades tradicionais.

## Referências

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROS, Carlos Dean Teixeira. *SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS RURAIS: uma análise comparativa entre os modelos de gestão existentes no Ceará*. Fortaleza, UECE: 2018.

CEARÁ. Governo do Estado. *Os 7 Cearás. Propostas para o Plano de Governo de 2015-2018*. Fortaleza: 2014.

\_\_\_\_\_, Projeto São José: um caminho para a sustentabilidade na e para a comunidade. In: *DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Coletânea de Cartilhas Temáticas*. 2019.

ELEUTERIO, Jana Alencar. et. al. COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES: contribuições e reflexões sobre o exercício profissional. IN: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Águas de Lindóia, 2013.

IAMAMOTO, M.V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Manual de Operações do Projeto (MOP). Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Projeto São José III. Março, 2015.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 1*. Brasília: CFESS/CEAD/NEB-UNB, p. 91-110, 1999.

Revista Projeto São José III – Promovendo o Desenvolvimento Rural Sustentável (Edições: julho de 2016; novembro de 2015; maio 2016; abril 2017).